O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PELAS MUDANÇAS NAS MÉTRICAS DE GEE

NO ÚLTIMO mês, a atenção do mundo voltou-se para a guerra no Oriente Médio entre Israel e o Hamas. Além do enorme impacto humanitário, esse novo conflito também traz riscos para a economia global, especialmente devido à incerteza do envolvimento de outros países. Diante desse cenário, os ativos que podem ser rapidamente impactados pelo aumento das cotações – havendo efeitos diretos sobre a economia brasileira, e para o agro – são a taxa de câmbio e o petróleo. No momento do fechamento desta edição da ***Agroanalysis***, segundo o boletim Focus, do Banco Central do Brasil (BCB), a expectativa do mercado brasileiro é de que a cotação do dólar feche o ano por volta de R$ 5,00, o que representa um pequeno aumento em relação à previsão anterior. Para a inflação, a expectativa é de se terminar o ano abaixo do limite superior da meta estabelecida pelo Governo.

Nessa linha, apresentamos um artigo que aborda a interconexão entre a taxa de juros dos Estados Unidos – um dos principais ativos transacionados nos mercados financeiros internacionais e que, nas últimas semanas, se movimentou de forma intensa –, o preço do petróleo e o setor agropecuário. Tais turbulências podem influenciar os custos de produção do agro, gerando desafios para o setor.

Voltando-nos para outro tema, estamos em um momento crítico da discussão global sobre as mudanças climáticas, e o foco recai cada vez mais sobre o papel crucial desempenhado pelo setor agropecuário na emissão de gases do efeito estufa (GEE). Em meio a esse debate, o Brasil enfrenta desafios fundamentais, incluindo a necessidade de um entendimento mais profundo dos conceitos-chave relacionados ao carbono e a busca por métricas e metodologias de contabilização de emissões que levem em consideração as características únicas do País.

No cerne dessa questão, reside a falta de uma "régua brasileira" para a contabilização de emissões, que leve em conta as particularidades do clima e as práticas de manejo e de plantio em diferentes regiões do Brasil. Essa ausência de uma métrica adaptada pode prejudicar o cálculo preciso da contribuição desses setores para o aquecimento global e, consequentemente, a elaboração de políticas públicas eficazes de mitigação.

Nesse contexto, o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) apresenta o estudo "Quantificação das emissões de GEE no setor agropecuário: fatores de emissão, métricas e metodologias". Este tem como objetivos lançar luz sobre termos importantes relacionados ao carbono no setor agropecuário, destacar os desafios associados ao cálculo preciso das emissões nos principais setores produtivos, levando em consideração a realidade brasileira, e propor um caminho para a criação de uma "régua brasileira" de cálculo.

Além disso, exploramos, também, as implicações do início da fase de transição do Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), uma recente medida ambiental da União Europeia (UE) com o objetivo de taxar a pegada de carbono dos produtos importados. O Brasil, um grande exportador para a UE, pode ser afetado, principalmente nos setores de ferro e aço. Apesar de o mercado de carbono europeu excluir as atividades agropecuárias, é importante observar o desenvolvimento dessa implementação ao longo dos próximos anos, já que se trata de uma nova medida ambiental de comércio no mundo, que pode ser praticada por outros países e blocos econômicos.

No contexto nacional, destacamos a situação do mercado de trigo: no curto prazo, a expectativa é de que haja uma continuidade da queda nos preços do produto no mercado brasileiro. Associado ao aumento dos custos de produção, é estimado um prejuízo de R$ 498,77 por hectare para o produtor. No médio e no longo prazos, o menor estoque global, a manutenção do câmbio elevado e o quadro de produção conturbado da Argentina – principal fornecedor do Brasil – podem dar sustentação às cotações do cereal.

Por fim, apresentamos um artigo que aborda os investimentos no modal ferroviário no Brasil. Há tempos, o País busca uma matriz de transporte mais equilibrada, favorecendo o uso de ferrovias e hidrovias para reduzir custos, aumentar a competitividade e diminuir as emissões de GEE. Embora haja um aumento notável no transporte ferroviário de produtos agrícolas, a capacidade desse modal não acompanha o crescimento da produção, resultando em desequilíbrio. Investimentos privados estão mudando os fluxos de transporte, com destaque para a Ferrovia Norte-Sul (FNS). Novas infraestruturas ferroviárias estão sendo construídas, prometendo alterar a logística de escoamento de grãos e aumentar o transporte ferroviário no Brasil, embora a saturação em Santos seja um desafio. ■